

Entrevista das professoras Patrícia Rezende e Luciane Cruz

[Entrevistadora]: Olá! Eu sou a Erica Esch, esse é meu sinal.

Sou professora da disciplina de Gestão Educacional I.

Hoje vou entrevistar duas profissionais que são referências na área da educação bilíngue no país.

Professora Patrícia Luiza Rezende.

[Patrícia]: Obrigada.

Professora Luciane Cruz.

[Luciane]: Obrigada.

Obrigada por terem aceitado esse convite.

[Patrícia]: Por nada.

[Luciane]: Obrigada.

[Entrevistadora]: Então, a primeira pergunta é: no ano de 2021, foi aprovada uma lei que criou uma nova modalidade de ensino, a Educação Bilíngue de Surdos. Muito importante! Gostaria de saber o que muda no sistema educacional?

[Patrícia]: Bom, excelente pergunta. A lei 14.191/2021, que mudou a LDB, incluiu uma nova modalidade escolar, a Educação Bilíngue de Surdos. E o que muda no sistema escolar é a criação de um caminho específico para a Educação Bilíngue de Surdos. Isso significa desvincular a educação de surdos da educação especial, que antes estavam estritamente ligadas. Nossa especificidade é voltada para a questão linguística. A educação especial trabalha com adaptações. Na educação de surdos temos foco na questão linguística, que compreende o bilinguismo e a cultura própria. Por isso, precisamos de mudanças profundas no sistema educacional, nas Secretarias de Educação municipais e estaduais, no MEC, para consolidar essa mudança, essa nova modalidade. Já existem outras modalidades, como a educação de jovens e adultos (EJA), a educação profissional e tecnológica, a educação especial, entre outras, a educação quilombola, a educação do campo etc. Então, por que os surdos não podiam ter uma modalidade própria? Nós precisávamos de um novo caminho, cujo objetivo principal é oferecer uma capacitação de qualidade e também uma formação específica. Além disso, ofertar materiais didáticos criados para surdos e não adaptados. A principal mudança é a língua de instrução. É necessário que a língua portuguesa seja a segunda língua (L2) e a língua de sinais (Libras) seja a primeira língua (L1). Precisamos de uma grande mudança no sistema. Da mesma forma, precisamos de mudanças na área da saúde. No momento do diagnóstico da surdez, é necessário ter uma política pública nacional que encaminhe corretamente essa criança surda, para que tenha acesso à educação bilíngue. Esse atendimento colaboraria para a melhor qualidade de vida dos surdos. Luciane.

[Luciane]: É verdade... Complementando sua resposta, temos a questão do AEEB para surdos, uma sala específica para atendimento dos alunos surdos. Como isso mudou a

estrutura do sistema educacional? A resolução começa por oferecer orientação às Secretarias de Educação municipais e estaduais de como promover a mudança da estrutura vigente. Por isso, com a mudança na lei, podemos trabalhar para implementar as mudanças necessárias para ofertar uma educação bilíngue de fato.

[Patrícia]: A sigla AEE significa atendimento educacional especializado. Nesse caso, não se trata da sala de recurso e sim de um espaço que abrace as especificidades dos alunos surdos, principalmente a questão bilíngue.

[Luciane]: Verdade.

[Patrícia]: É isso.

[Entrevistadora]: No ano de 2019, foi criada uma diretoria para discutir com o Governo as questões da educação de surdos, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (Dipebs). Qual é a importância dessa nova diretoria?

[Patrícia]: Primeiramente, eu preciso explicar essa história. Como foi criada a Dipebs? Antes, em 2014, já existia um Grupo de Trabalho que redigiu o Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue, Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Nessa época, já existia a proposta de separar a educação de surdos da educação especial. Em 2018, a Feneis se posicionou durante o governo de transição, solicitando uma proposta específica para a educação de surdos. Então, a Dipebs foi criada em 2019, mas o problema é que o sistema não concretizou essa separação. Porque ainda não havia uma lei que respaldasse a educação de surdos como modalidade. O que existia sobre essa temática estava no PNE, que falava sobre educação bilíngue de surdos, escolas bilíngues e suas especificações, na LBI (Lei Brasileira de Inclusão). Mas a principal lei da educação no Brasil é a LDB, que tem as diretrizes básicas da educação nacional. Para mudar a estrutura do sistema educacional, era preciso modificar a LDB e colocar a educação de surdos como modalidade. Por isso, era importante conseguir essa mudança. Agora essa separação foi determinada por conta da lei. Então, a estrutura da Dipebs é importante porque ajuda a orientar os municípios e estados na implementação dessas mudanças na educação bilíngue de surdos, sem a vinculação com a educação especial. Até porque nós, surdos, atualmente, temos 90 doutores formados e 400 mestres surdos, aproximadamente.

[Luciane]: Essa é a estimativa.

[Patrícia]: É um número expressivo. Nós podemos organizar materiais didáticos, currículos e dar todas as orientações necessárias. Não precisamos da tutela das pessoas da área da educação especial. Porque nós já temos a formação necessária para desenvolver e melhorar a educação bilíngue de surdos futuramente.

[Luciane]: Complementando... A Dipebs faz parte da Secadi, no organograma do MEC. A Dipebs está subordinada a Secadi. E o INES e a Dipebs têm relevâncias equivalentes. O INES divulga conhecimentos na área da surdez, já a Dipebs gerencia a implementação do ensino bilíngue no país, como a criação e supervisão de escolas e de materiais didáticos, o oferecimento de cursos de formação de professores, dentre outras atribuições. A criação da Secadi foi importante para haver a separação da educação especial. Agora contamos com a Secadi, que não existia anteriormente. Essa Secretaria é fundamental na estrutura do MEC.

[Patrícia]: Ela está falando da parceria do INES com a Secadi. O INES é responsável por ofertar educação básica, mestrado, graduação em Pedagogia presencial e a distância (EaD). Além da formação, também há distribuição de material didático pelo Brasil.

[Entrevistadora]: No ano de 2023, foi criada uma comissão nacional de educação bilíngue de surdos. De extrema importância! Gostaria que vocês detalhassem a importância dessa comissão com a participação da sociedade, dos movimentos surdos, das instituições, dentro do contexto da gestão democrática.

[Luciane]: Bom, a CNEBS (Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos) é um grupo formado por pessoas da sociedade civil, dos movimentos e representantes de instituições, como o INES, a Feneis. A Feneis escolheu representantes das cinco regiões do país. A comissão tem em média 10 representantes.

[Patrícia]: Doze.

[Luciane]: Tínhamos dois representantes do INES. Assim como de outras instituições, dois representantes de cada. Tivemos representantes das pessoas cegas, da CIACS (Centro Integração de Arte e Cultura dos Surdos) e também representantes de outras associações, como a APAE, ou seja, de várias instituições do país. Com a proposta organizada pela Dipebs, as representações contribuíram para a criação de um documento, levando em consideração a colaboração de cada instituição. Assim, foi criado o Programa Nacional das Escolas Bilíngues de Surdos – PNEBS. O PNEBS é uma cartilha que foi organizada com a colaboração de todos os representantes e esse trabalho tinha o prazo de dois anos para a elaboração desse documento. E esse trabalho conjunto é um exemplo claro de gestão democrática. Essa movimentação mostra que o fazer político é um trabalho colaborativo para melhoria da educação bilíngue de surdos. Então, essa organização dos representantes e da Dipebs demonstra o desejo de melhoria não só de um grupo, com a colaboração para a criação de uma política que beneficia a educação do país, isso é gestão democrática, né?

[Patrícia]: Certo. Complementando sua resposta... é importante o que a Luciane explicou. Importantíssima a mudança de perspectiva! Porque já tínhamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nós queríamos uma política própria, separada dessa perspectiva. Então, nosso objetivo principal era chegar a parâmetros de organização do sistema. Como estruturar escolas bilíngues? Como estruturar classes bilíngues? E o AEE próprio para surdos? E os surdos que moram distante, como atendê-los? Quais estratégias são necessárias? Eles precisam de transporte? E os materiais didáticos? São várias questões que precisaram ser esmiuçadas no documento. Tudo isso para auxiliar a criação de políticas públicas nacionais que melhorem futuramente a nossa educação. Vocês, futuros pedagogos, têm acesso a esses conhecimentos dentro do INES, e vão trabalhar na área seguindo essa política nacional da Educação Bilíngue de Surdos. Vocês não podem perder essa oportunidade. Estudem para no futuro trabalharem na área.

[Luciane]: Isso mesmo.

[Érica]: Ótima entrevista! Obrigada pela presença das duas professoras.

[Patrícia]: Obrigada.

[Luciane]: Obrigada.

[Érica]: Tchau!